

Um terço dos brasileiros culpa mulheres por estupros sofridos

“A mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.”

[\(Folha de S.Paulo, 21/09/2016 - acesse no site de origem\)](#)

A frase, capaz de provocar calafrios, é alvo de concordância de um a cada três brasileiros, segundo pesquisa inédita Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Mesmo entre as mulheres, 30% concorda com este raciocínio, que culpa a vítima pela violência sexual sofrida.

No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, segundo registros oficiais, totalizando quase 50 mil crimes do tipo ao ano.

Leia mais:

[Um em cada 3 brasileiros concorda que mulher tem culpa por estupro, diz pesquisa \(UOL, 21/09/2016\)](#)

[Um em cada 3 brasileiros culpa mulher em casos de estupro, diz Datafolha \(G1, 21/09/2016\)](#)

Estimativas apontam, no entanto, que apenas 10% dessas agressões sexuais sejam registradas, o que sugere uma cifra oculta de até 500 mil estupros anuais.

De acordo com dados do SUS (Sistema Único de Saúde), em 70% dos casos de estupro, a vítima é uma criança ou adolescente.

“Trata-se de um déficit civilizatório do Brasil ter tantas pessoas que vinculam a vitimização da mulher a uma conduta moral”, diz Renato Sérgio de Lima, vice-presidente da entidade.

O índice de concordância com a frase que relaciona uso de roupas provocativas com estupro sobe entre moradores de cidades de até 50 mil

habitantes (37%), pessoas apenas com o ensino fundamental completo (41%) e com mais de 60 anos (44%).

O índice cai entre aqueles com até 34 anos (23%) e com ensino superior (16%).

“Isso nos mostra uma transformação em curso na tolerância à violência sexual e na percepção de que a culpa é da mulher”, avalia Wânia Pasinato, da ONU Mulheres. “Aqueles mais jovens e com mais educação melhoraram sua compreensão sobre o papel da mulher na sociedade”, diz ela.

O papel da educação no combate às agressões sexuais é reconhecido por 91% dos entrevistados, que dizem ser possível “ensinar meninos a não estuprar”.

“A educação é um fator de mudança e, portanto, devemos trabalhar o potencial transformador de valores das escolas”, destaca Lima.

Para Pasinato, no entanto, a retirada de metas de combate à discriminação de gênero dos planos nacional, estaduais e municipais de educação, por pressão de bancadas religiosas, deve ter impacto negativo nessas transformações.

#EUNÃO MEREÇO

Em 2014, pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontou que 65,1% dos brasileiros acreditavam que mulheres que mostram o corpo “merecem ser atacadas”.

O dado, depois corrigido para 26%, provocou uma enxurrada de manifestações e uma campanha em que mulheres e homens expuseram seus corpos em fotos acompanhadas da hashtag #EuNãoMereçoSerEstuprada.

“Os dados da nova pesquisa mostram um cenário ainda pior que aquele apresentado pelo Ipea”, avalia Nana Queiroz, idealizadora da campanha e diretora da revista AzMina. “Não me surpreende que o percentual de concordância com a frase [30%] seja igual entre homens e mulheres. A cultura do estupro é tão arraigada que acaba sendo reproduzida também por

mulheres.”

Na mesma tônica, 37% dos brasileiros declararam acreditar que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas”, o que reitera a ideia de controle do comportamento e do corpo da mulher.

Entre entrevistadas do sexo feminino, o índice de concordância com a frase cai para 32%. Entre homens, sobe para 42%.

POLÍCIA E JUSTIÇA

Segundo o estudo, 65% dos brasileiros temem ser vítimas de violência sexual. Entre mulheres, 85% têm medo de sofrer um estupro. No Nordeste, este índice é de 90%.

A pesquisa revela ainda que 50% dos entrevistados avalia que a Polícia Militar não está preparada para atender mulheres vítimas, enquanto 42% diz o mesmo sobre a Polícia Civil.

De acordo com Pasinato, a capacitação de profissionais para o atendimento à mulher vítima de violência está refletida na política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher. “O que falta é a elaboração de protocolos de atendimento pelas instituições policiais, algo capaz de mudar as práticas e a rotina deste atendimento”, diz.

Nove em cada dez reclamações feitas à Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres são queixas contra o serviço de atendimento da PM, a assistência prestada em delegacias de polícia tradicionais e em delegacias especializadas no combate à violência contra a mulher.

“Um inquérito mal elaborado vai resultar em um processo judicial muito frágil em que fica fácil construir uma defesa para o agressor”, avalia ela, para quem a visão que culpabiliza a mulher pelo crime de que é vítima, apontada pela pesquisa, está presente também nas instituições policiais e judiciais.

No Estado de São Paulo, apenas 2 em cada 10 inquéritos abertos pela Polícia

são esclarecidos. Dos casos que chegam à Justiça, a maioria acaba em absolvição.

Daí que 53% dos entrevistados na pesquisa avaliem que as leis brasileiras protegem os estupradores.

Em cerca de 70% dos casos de estupro registrados, o agressor é conhecido da vítima, o que dificulta a comprovação do não consentimento, baseado em geral no relato da vítima.

Em mais de 80% dos crimes, a vítima não apresenta trauma físico ou mental, o que dificulta a comprovação material da violência sofrida.

“O problema não está na lei, mas no aplicador da lei”, explica Ana Paula Meirelles, do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. “Ainda há uma pouca valoração do discurso da mulher alvo de crimes sexuais, especialmente naqueles praticados por conhecidos, quando há uma inversão de valores e a vítima passa ser vista como culpada pelo crime.”

Fim da cultura do estupro requer mais do que leis, por Tereza Exner

(ConJur, 21/06/2016) O recente caso da jovem estuprada por dezenas de homens no Rio de Janeiro provocou justa indignação na sociedade, ganhando ampla repercussão na imprensa.

Na esteira desse repugnante evento que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro, mas que ocorre por todo o Brasil, apontou-se a existência de uma “cultura do estupro” em nosso país, expressão considerada “excessiva” ou

“inadequada” em certos círculos de debates.

Mas afinal, o que se entende por “cultura do estupro”? Podemos afirmar que ela se acha presente em nossa sociedade? Sem pretensão de esgotar o tema, entendo oportunas algumas considerações.

Segundo a ONU Brasil[1]

“‘Cultura do estupro’ é um termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Ou seja: quando, em uma sociedade, a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, isso significa que existe uma cultura do estupro. ‘Mas ela estava de saia curta’, ‘mas ela estava indo para uma festa’, ‘mas ela não deveria andar sozinha à noite’, ‘mas ela estava pedindo’, ‘mas ela estava provocando’ — estes são alguns exemplos de argumentos comumente usados na cultura do estupro.”

Ou seja, a expressão “cultura do estupro” guarda relação com a existência de um juízo moral consolidado ao longo dos tempos, configurador de uma “ideologia patriarcal” avalizadora da “cultura do machismo” ainda presente em nossa sociedade, e que coloca a mulher como propriedade e objeto de um desejo do homem, sendo que tal concepção distorcida da representação do feminino acaba por legitimar, de forma evidentemente indevida, o uso da violência física ou moral, para a satisfação dos instintos sexuais masculinos. A grande questão aqui é a maneira diversa como se considera a validade do consentimento quando externado por homens e mulheres. E subjacente a tal questão possível identificar um traço ancestral de dependência das mulheres em relação aos homens, com implicações na autonomia feminina para consentir. É como se um “não” feminino equivalesse a um “sim”. Ou, talvez, a um nada. Note-se que até o ano de 2009 o delito de estupro era considerado crime contra os costumes, como se a agressão à mulher atingisse, mais do que a ela mesma, à integridade moral de seu pai ou marido.

Ora, essa concepção disfuncional acerca do papel e do valor da condição feminina na sociedade impacta diretamente sobre a questão de gênero, sendo uma de suas expressões a inadequada divisão das mulheres entre “mães” (aquelas que são dignas e devem ser respeitadas) e as “outras” (as decaídas).

A dita “cultura do estupro”, portanto, decorre, em nosso entender, da relação histórico-cultural assimétrica entre homens e mulheres, com extensão nas questões de raça e condição social, assimetria existente não só no campo do comportamento sexual, mas também no âmbito das relações de trabalho e das relações domésticas.

De se apontar, nesse passo, a título de exemplo, que estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de 2009[2] afirma que as diferenças salariais relacionadas a gênero e à etnia continuam sendo significativas em 18 países latino-americanos avaliados, constatando-se que o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. No nosso país, os homens recebem salários 30% maiores que as mulheres de mesma idade e nível de instrução, quase o dobro da média da região pesquisada (17,2%).

E o que dizer, então, da chaga da violência doméstica, que aterroriza e mutila tantas mulheres? Segundo dados do Ligue 180, no ano de 2015 houve 179 relatos de violência contra mulheres por dia[3].

O estupro, por sua vez, é crime que, conforme estatísticas recolhidas pela organização não-governamental Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), vitima uma mulher a cada 11 minutos em nosso País.

Segundo dados publicados no 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015[4]

“Estudos de diferentes países demonstram que o crime de estupro é aquele que apresenta a maior subnotificação e, como consequência, é muito difícil afirmar que há uma redução do fenômeno no Brasil. Para se ter uma ideia do que isso significa, o *U.S. Department of Justice* produziu estudo que verificou que, em 2010, apenas 35% das vítimas nos EUA reportaram o crime à polícia. Já o Instituto de Criminologia Australiano divulgou no “*The Women’s Safety Survey*” que 15% das vítimas de violência sexual australianas reportaram o incidente à polícia no período de 12 meses anterior à pesquisa. A Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) verificou que, no Brasil, somente 7,5% das vítimas de violência sexual registram o crime na delegacia. A mais recente pesquisa do gênero, “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da

Saúde”, produzida pelo IPEA, fala em 10% de casos notificados e estima que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no país. Os dados apresentados pelas diferentes pesquisas evidenciam os limites dos registros criminais de estupro e o imenso desafio à prevenção e combate à violência sexual no Brasil. Se apenas os registros policiais apontam que ano passado uma pessoa foi estuprada a cada 11 minutos, é possível imaginarmos — pelos dados da saúde — que temos 1 vítima por minuto deste bárbaro crime”.

A leitura de tais dados estatísticos indica que tamanha diversidade de tratamento entre homens e mulheres, decorrente da simples questão de gênero e em campos tão diversos, se dá em razão da relação de subordinação feminina construída ao longo da nossa história, nas relações hierárquicas de gênero.

É chegada, pois, a hora de repensarmos os valores éticos e culturais vigentes, de forma a reconstruí-los, tipificando de forma clara e expressa que o tratamento discriminatório e abusivo contra as mulheres é conduta não recomendada ao grupo social.

Claro, ainda, como argumentam muitos, e com razão, que a “cultura do estupro” acha-se inserida em um contexto maior de uma “cultura de violência” que assola a sociedade como um todo e que, nesse aspecto, atinge indistintamente homens e mulheres.

Sucedem, ao contrário de demais delitos, como roubos, furtos, homicídios, por exemplo, em que as motivações que levam o infrator a delinquir são de ordens das mais diversas (cobiça, necessidade de dinheiro, guerra de gangues, etc..), no caso do estupro, quer seja o praticado contra mulheres, quer seja o praticado contra os homens — estes últimos em proporção bastante pequena — o elemento motivador do ilícito é tão somente a vazão primitiva e não adequadamente contida do instinto sexual violento do agressor.

E embora a autoria do crime de estupro, a teor do que dispõe o artigo 213, do Código Penal, possa ser atribuída a homens e mulheres, o certo é que a maciça maioria desse delito é perpetrada por homens, tendo como vítimas as mulheres.

Nesse sentido estudo do IPEA[5] apontando que

“Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade, 46% não possuía o ensino fundamental completo (entre as vítimas com escolaridade conhecida, esse índice sobe para 67%), 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e apenas 12% eram ou haviam sido casados anteriormente. Por fim, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes.” Mais adiante se consigna que “No geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares”.

Possível afirmar, então, que o crime de estupro tem como seu principal elemento motivador a questão de gênero, com o homem utilizando-se de violência decorrente do emprego de força física e/ou grave ameaça para abusar da mulher, de forma a satisfazer sua lascívia.

De se explicitar que[6]

“Violência vem do latim *violentia*, que remete a vis (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente”.

E no que diz respeito a essa evolução cultural e histórica relativa às questões de gênero, de se ver que nossa sociedade vem avançando lentamente, tendo sido dado o primeiro grande passo no âmbito jurídico com a promulgação da Lei Maria da Penha que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, e criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, na esteira do que já dispunha o artigo 226, parágrafo 8º, de nossa Carta Magna.

Nesse aspecto não se pode deixar de considerar a profunda inovação que a Constituição de 1988 introduziu no conceito e na formatação da entidade

familiar, adotando um “... modelo democrático de família, em que não há discriminação entre os cônjuges ou entre os filhos, nem direitos sem responsabilidades, ou autoridades sem democracia”[7].

Como se vê, o avanço na concepção da unidade familiar, vista a partir de agora como um importante núcleo de desenvolvimento das personalidades e potencialidades de seus integrantes, com reflexos diretos na questão de gênero, teve início com a Constituição de 1988, ganhando especial reforço com a Lei Maria da Penha, lembrando-se, ainda, da recente lei que alterou o Código Penal e reconheceu o denominado feminicídio (Lei 13.104/15), para incluir o crime de assassinato de mulher por razões de gênero entre os tipos de homicídio qualificado, dentre outras tantas iniciativas.

A esse respeito, de interesse lembrar, por exemplo, que há poucos anos, até praticamente os anos 80, a tese da legítima defesa da honra (nos casos das mulheres assassinadas por seus maridos, namorados e/ou companheiros) era defendida por ilustres juristas e acolhida com muita tranquilidade pelo Tribunal do Júri.

Pois bem, essas inovações culturais e legislativas vêm lentamente alterando o papel e o significado do feminino na sociedade. E se a noção de gênero, daquilo que se espera dos comportamentos do homem e da mulher em um dado contexto civilizatório, é uma construção social, força convir que esse conceito, essa cultura comportamental, de conduta, pode, pois, ser reconstruída.

Vale dizer, até aqui vem prevalecendo códigos e padrões construídos ao longo de um processo de desenvolvimento social que de certa forma amparam e legitimam a violência sexual perpetrada pelos homens contra as mulheres, códigos e padrões que não podem mais ser aceitos e que devemos todos nos empenhar para alterá-los.

Relevante anotar que pouco tempo atrás entrou na agenda política a discussão acerca da necessidade de se rever a autorização da permissão legal do aborto às mulheres vítimas de estupro, já prevista no Código Penal de 1940. Também há projeto de lei (PL 5069/13) buscando dificultar o acesso à mulher vítima desse crime aos recursos médicos e de apoio psicológico,

com vistas a minimizar os agravos decorrentes de tão odiosa prática, práticas que resguardando o direito à intimidade, objetivam dar tratamento respeitoso e digno à ofendida. Aqui mais uma vez a demonstração de um tratamento assimétrico dado à mulher, reduzindo sua importância a de mera reprodutora biológica, e que sendo vítima de estupro deveria, pois, ser obrigada a levar adiante longos nove meses de gravidez, nada importando os reflexos dessa penosa e constrangedora situação perante seus familiares, sobretudo namorado, companheiro, marido, filhos, perante seus amigos e colegas de trabalho. De acordo com os defensores de tais ideias, mais importante do que a própria mulher é o fruto concebido a partir da mais degradante violência que um ser humano pode sofrer.

Entendo, pois, que o que deve nos impactar, nos chocar, nos indignar, não é o uso da expressão “cultura do estupro”, mas sim as práticas abusivas envolvendo questões de gênero, e que no campo da sexualidade ficam bem visíveis quando ao invés de se buscar a responsabilização daqueles que praticam atos bárbaros de violência sexual, e que chegam ao cúmulo de expor tais atrocidades em redes sociais, vangloriando-se, portanto, dos hediondos feitos, busca-se perscrutar os valores e o comportamento da pessoa abusada.

E embora não se questione a necessidade de uma rigorosa apuração desses crimes e a severa punição daqueles identificados como culpados, força convir que a mítica do rigor legal não bastará para a superação desse tipo de violência.

Urge, portanto, abrirem-se espaços de discussão sobre as relações de gênero nas esferas públicas e privadas, notadamente nas escolas, dentro dos grupamentos familiares e sociais, de forma a que se institucionalize uma cultura de respeito e solidariedade entre homens e mulheres, o que seguramente irá repercutir no processo de pacificação social.

1 trecho extraído do artigo “Por que falamos de cultura do estupro?”, publicado em 31 de maio de 2016, no site “nacoesunidas.org”

2

informe

obtido

no www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil

3 [www.brasil.gov.br /cidadania-e-justica/2015/10/179-relatos-de-violencia-contramulheres-por-dia-em-2015-o-balanco-do-ligue-180](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/179-relatos-de-violencia-contramulheres-por-dia-em-2015-o-balanco-do-ligue-180)

4 trecho extraído do texto “A Índia é aqui”, de Samira Bueno, Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública- FBSP, matéria que integra o 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015, Coordenação Geral de Renato Sérgio de Lima e de Samira Bueno, informes obtidos no site www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica

5 Nota Técnica - 2014 - março - Número 11 - Diest, Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar), de Daniel Cerqueira e Danilo de Santa Cruz Coelho, dados obtidos no “site” www.ipea.gov.br

6 (Um debate disperso: Violência e Crime no Brasil da redemocratização, Alba Zaluar, “in” Violência e Mal-Estar na Sociedade, São Paulo em Perspectiva, volume 13, no. 3, jul-set 1999, revista da Fundação Seade, www.seade.gov.br)

7 Bodin de Moraes, Maria Celina; Brochado Teixeira, Ana Carolina. Comentários ao art. 226 e parágrafos, “in” Canotilho, J. J. Gomes; Mendes, Gilmar F.; Sarlet, Ingo W.; Streck, Lenio L. (Coords). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo, Saraiva/Almedina, 2013, pág.2117

Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner é procuradora de Justiça Criminal no MP-SP.

Acesse no site de origem: [Fim da cultura do estupro requer mais do que leis, por Tereza Exner \(ConJur, 21/06/2016\)](#)

O raio X do estupro no Brasil em 15 gráficos

(O Tempo, 06/05/2016) Números do Ministério da Saúde de 2011 reforçam a presença de uma cultura da violência sexual no Brasil e as vítimas são as mulheres; veja

Nota inicial importante

Os dados que você lerá em breve são um recorte de 2011, quando foram registrados 50,6 mil estupros no Brasil. Número que, segundo o estudo “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, está subnotificado.

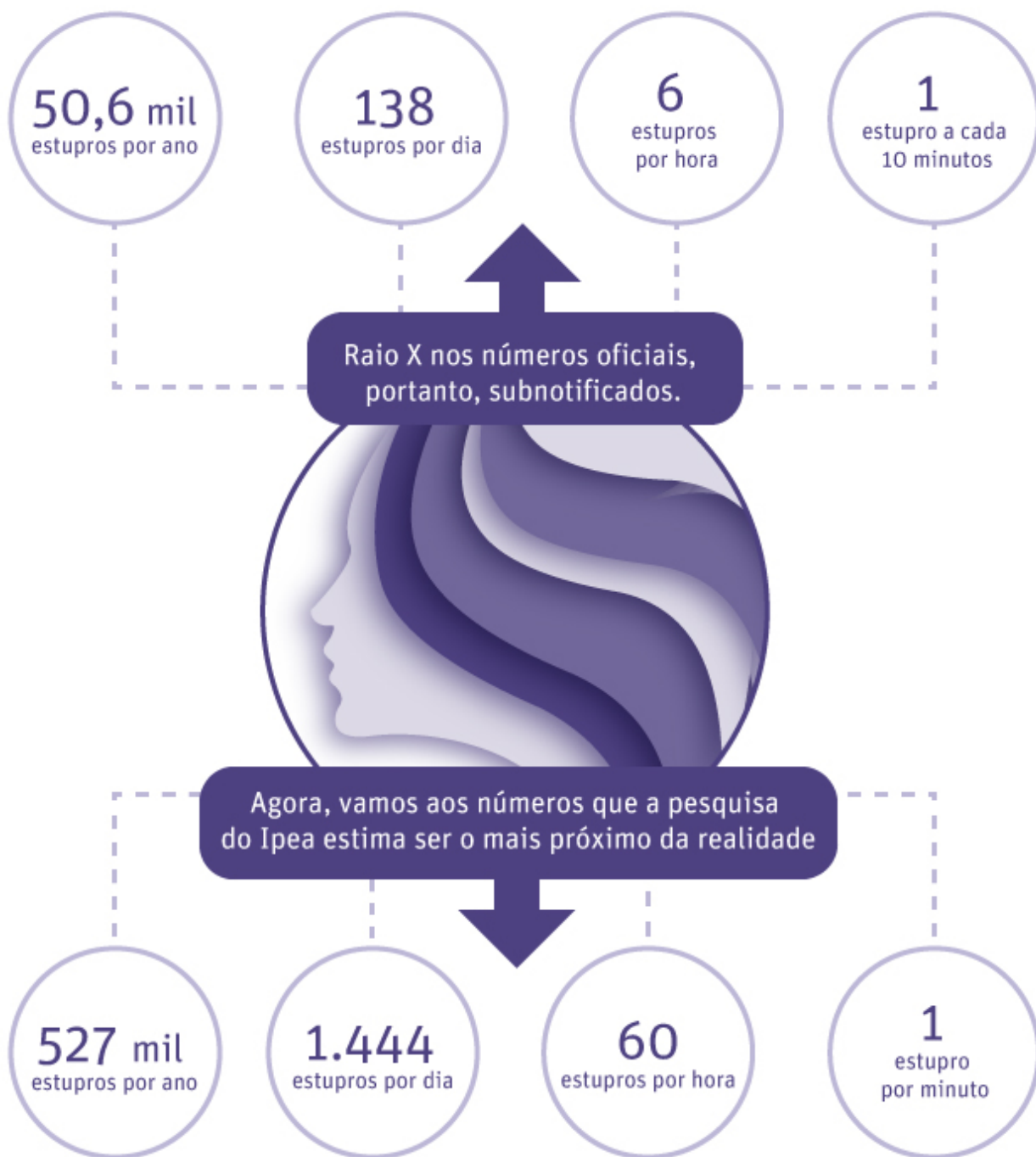
O próprio relatório, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que apenas 10% de casos foram notificados e estima que, no mínimo, 527 mil pessoas sejam estupradas por ano no Brasil.

Leia mais:

[33 estupros, um relato por dia: Leitoras contam suas histórias \(Marie Claire, 03/06/2016\)](#)

[Estupro no Brasil: a realidade é ainda mais grave \(Nexo, 03/06/2016\)](#)

Vamos às contas



As vítimas

Depois dessas notas introdutórias, vamos aos gráficos. Eles mostram que não há um grupo de mulheres protegido da violência sexual. Todas correm riscos. E, some a elas, os meninos de até 13 anos, que também sofrem com estupros.



Todos os grupos

O estupro não é um problema de cor, de escolaridade ou de classe social. Todas essas categorias têm números expressivos.



Todos os grupos, mesmo

As mulheres casadas correspondem 25,80% dos casos de estupro entre os adultos.



Homem: o agressor

Mais de 90% dos estupros, no Brasil, são cometidos por homens. As mulheres citadas não chegam a 2%. Esse dado merece uma explicação histórica mais detalhada, que foi publicada no mesmo estudo do Ipea.

“A violência de gênero é um reflexo direto da ideologia patriarcal, que demarca explicitamente os papéis e as relações de poder entre homens e

mulheres. Como subproduto do patriarcalismo, a cultura do machismo, disseminada muitas vezes de forma implícita ou sub-reptícia, coloca a mulher como objeto de desejo e de propriedade do homem, o que termina legitimando e alimentando diversos tipos de violência, entre os quais o estupro”, escrevem Daniel Cerqueira e Danilo de Santa Cruz Coelho.

“Isto se dá por dois caminhos: pela imputação da culpa pelo ato à própria vítima (ao mesmo tempo em que coloca o algoz como vítima); e pela reprodução da estrutura e simbolismo de gênero dentro do próprio Sistema de Justiça Criminal, que vitimiza duplamente a mulher.”, concluíram.



Quando?

Dados mostram que a violência sexual acontece, na maioria, em dias úteis. Sábados e domingos são os dias com menos registros.



Mapa do estupro



Cândido Henrique Silva

Acesse no site de origem: [O raio X do estupro no Brasil em 15 gráficos \(O Tempo, 06/06/2016\)](#)

Lógica antiquada sobre homem é justificativa para cultura do estupro

(UOL, 03/06/2016) “Há mulheres ‘estupráveis’ e não ‘estupráveis’. Depende do comprimento da saia.” Este pensamento cruel nem sempre é dito em voz alta, mas a falta de esclarecimento ainda faz com que muita gente siga sustentando tal argumentação em rodas de amigos e parentes. Identificou-se? Pois saiba que é este um dos pontos da cultura do estupro.

O termo, que ganhou as redes sociais após uma adolescente de 16 anos ter sido violentada por um grupo de homens no Rio de Janeiro (RJ), é um conjunto de conceitos que normaliza o abuso e é o responsável por ideias como a de que uma mulher que opta por uma minissaia está mais vulnerável a uma violência sexual ou está, até mesmo, “pedindo” para que seja assediada.

Em 2014, a internet ferveu com fotos de mulheres com cartazes com a frase “Não Mereço Ser Estuprada” após o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) divulgar um levantamento no qual 26% dos brasileiros concordam inteira ou parcialmente com a frase “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Na mesma pesquisa, 30% dos entrevistados concordam com a ideia de que “se as mulheres soubessem se comportar, haveria menos estupros”.

Por sua vez, o levantamento “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, feito em 2015 pelo Instituto Avon com o Data Popular, mostrou que 27% dos 1.823 universitários entrevistados não consideram violência abusar de uma garota se ela estiver alcoolizada.

“Isso vem da concepção machista da sociedade de que a mulher existe como um objeto”, diz a representante no Brasil da ONU Mulheres, Nadine Gasman, ao UOL. “Uma mulher deveria poder sair nua na rua sem ser tocada, xingada ou estuprada.”

De acordo com a diretora de conteúdo do Instituto Patricia Galvão, Marisa Sanematsu, uma lógica antiquada de que o homem “não consegue se controlar” é usada para justificar este tipo de pensamento. “É uma noção que diz que os homens são animais com apetite sexual exacerbado e, por isso, a mulher tem que saber se portar e se vestir de maneiras que não estimulem o homem”, fala Sanematsu.

Segundo Marisa, o estupro é condenado pela maior parte da sociedade quando ele ataca uma pessoa que “sabe se portar”. O mesmo não acontece quando a vítima não atende aos padrões ditos de uma mulher “recatada”, como é o caso da menina de 16 anos, que convivia com pessoas ligadas ao tráfico de drogas. “As pessoas acham que eles [os estupradores] agiram naturalmente. É uma barbárie. É a mesma coisa do que dizer que pessoas que usam roupas azuis devem ser espancadas”, completa Gasman.

O figurino, o comportamento ou o local em que uma pessoa está não interfere nos riscos de ela sofrer abuso, já que o criminoso pode ser um familiar, amigo ou colega de trabalho. “É mais uma questão de relações desiguais e desequilibradas de poder entre os gêneros”, esclarece a Nadine Gasman. “Delegado nenhum deve perguntar como uma vítima de violência sexual estava vestida porque não há justificativa para isso.”

Natália Eiras

Acesse no site de origem: [Lógica antiquada sobre homem é justificativa para cultura do estupro \(UOL, 03/06/2016\)](#)

Feministas comentam casos de estupro coletivo e cultura de

estupro

Os casos de estupro coletivo que ocorreram nos estados do Piauí e Rio de Janeiro levantaram o debate sobre a cultura de estupro presente em nossa sociedade machista e misógina. Sobre os casos, especialistas feministas comentam em entrevistas. Acompanhe:

[Nova secretária é ‘uma mulher contra as mulheres’, diz criminalista \(O Estado de S.Paulo, 02/06/2016\)](#)

[Estupro coletivo: socióloga Jacqueline Pitanguy aponta contradições da sociedade brasileira \(Sputnik News, 31/05/2016\)](#)

[‘Ao se culpar a vítima, revela-se que homens e mulheres não têm direitos iguais’, critica Heloísa Buarque de Almeida \(Ponte, 28/05/2016\)](#)

[‘Mulher não é vista como ser humano, e sim, como objeto’, afirma socióloga Eva Blay \(UOL, 27/05/2016\)](#)

[‘As pessoas não estupram porque estão loucas, estupram porque são machistas’, afirma Silvia Pimentel \(O Estado de S. Paulo, 29/05/2016\)](#)

[‘A Índia é aqui’: Impunidade fez estupro coletivo virar motivo de ostentação, diz promotora \(BBC Brasil, 26/05/2016\)](#)

[“Não tem 30 monstros juntos. Não tem patologia nisso”, diz promotora Silvia Chakian sobre estupro coletivo \(Marie Claire, 28/05/2016\)](#)

[Ou se muda a forma de pensar, ou Brasil estará no ranking dos estupros, diz promotora Valéria Scarance \(Estadão.com, 29/05/2016\)](#)

[“A vítima de estupro já chega na delegacia com culpa”, comenta defensora pública Ana Rita Souza Prata \(Carta Capital, 31/05/2016\)](#)

[Policiais precisam ser capacitados para lidar com vítimas de estupro, diz secretária nacional de Direitos Humanos Flávia Piovesan \(O Globo, 31/05/2016\)](#)

[Pelo fim do crime de estupro, por Débora Diniz \(HuffPost Brasil, 30/05/2016\)](#)

Mulheres de 0 a 18 anos aparecem como principais alvos de estupros em Minas

(EM, 01/06/2016) Estatísticas dos serviços de saúde mostram ainda que maioria dos agressores está no círculo familiar e social das vítimas

Frágeis e vulneráveis, crianças e adolescentes estão no topo de uma triste estatística em Minas: são os principais alvos de estupradores, que na maioria dos casos agem dentro do próprio círculo familiar e social das vítimas. Dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES) mostram que mulheres na faixa etária de 0 a 18 anos - a mesma da adolescente de 16 cujo estupro coletivo foi denunciado na semana passada, no Rio de Janeiro - somam mais da metade das pacientes que deram entrada em unidades de saúde em Minas por agressão sexual.

Nos cinco primeiros meses deste ano, o percentual de menores chegou a 54,4% do total de 438 vítimas estupradas. O índice já foi até maior em anos anteriores. Em 2015, representou 57,9% dos 1.737 estupros e, em 2014, somou 58,4% dos 1.679 casos registrados. Os dados fazem parte do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e se referem às situações notificadas e aos procedimentos realizados por essas vítimas nos hospitais.

Segundo o levantamento, a faixa etária de 19 a 59 anos representa, em média, 40% das vítimas nos anos analisados, enquanto idosos ficam abaixo de 3%. O diretor da Maternidade Odete Valadares, Francisco José Machado Viana, diz que o perfil do autor de estupro também varia de acordo com a idade da vítima. “Entre crianças de até 12 anos, o agressor é principalmente alguém da família. Acima de 12 e até 17 pode ser do círculo familiar, mas também um conhecido, um vizinho ou um amigo. Já para os casos de vítimas acima de 18 anos, são principalmente desconhecidos que praticam o

estupro”, afirma o diretor da unidade, referência para assistência às vítimas de violência sexual que atende entre 8 e 10 mulheres estupradas ao mês.

HISTÓRICO

Um dos casos bárbaros contra crianças em Minas ocorreu em março, quando a Polícia Civil indiciou por homicídio qualificado e estupro o padrasto de uma menina de 7 meses, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. Carlos Henrique Gomes Fortunato, de 25 anos, confessou o abuso, além do fato de ter torturado e asfixiado a menina.

Também em março, um homem de 29 anos foi preso por suspeita de abusar de crianças e adolescentes com deficiência visual em Belo Horizonte. Ele trabalhou como supervisor pedagógico em uma escola especializada da capital. As supostas vítimas eram alunos entre 11 e 16 anos, de ambos os sexos. Na capital, a Secretaria Municipal de Saúde registrou 60 casos de estupro, até maio deste ano. No ano passado foram 305, contra 346 em 2014.

Os dados não foram estratificados por faixa etária, mas o coordenador de Atenção à Saúde da Mulher da secretaria, Virgílio Queiroz, comenta a situação de vulnerabilidade das menores de idade (crianças e adolescentes) ao crime de estupro. “São pessoas expostas a um risco maior, são mais frágeis. E quanto maior é essa fragilidade, maior a chance de o agressor agir”, afirma.

Segundo ele, a criação de rede de atendimento e proteção a vítimas de estupro vem dando respostas mais severas aos agressores, ao mesmo tempo em que preserva a integridade física e psicológica das vítimas. Ele lembra ainda que, em BH, cinco hospitais são referenciados para atendimento à mulher vítima de violência sexual. Também reforça a importância de preservar provas e denunciar sempre.

Em nota, a SES informou que o atendimento às vítimas de agressão sexual é integral e obrigatório em todas as unidades integrantes da rede, de acordo com a Lei Federal 12.845/2013, e que, em Minas, 87 hospitais estão habilitados como referências do Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual. São estabelecimentos que oferecem atendimento

emergencial, integral e multidisciplinar e, se necessário, encaminham aos serviços de assistência social. “O atendimento clínico e psicológico nesses hospitais funciona em regime integral, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, e é realizado de forma humanizada, respeitando o sigilo e a privacidade das vítimas”, informou o texto. Além disso, segundo a secretaria, essas unidades são responsáveis pela administração de medicamentos contra doenças sexualmente transmissíveis e também para anticoncepção de emergência.

Padrasto responde por estupro continuado

A Delegacia de Mulheres de João Monlevade, na Região Central do estado, investiga um caso de estupro continuado contra uma jovem que diz ter sido molestada pelo padrasto, com o consentimento da mãe, nos últimos sete anos. No sábado, a vítima, uma estudante de 18 anos, gravou um vídeo do momento em que o homem entra em seu quarto e inicia os abusos. O acusado, R.B.F., 73 anos, foi preso em flagrante, assim como a mãe da jovem, M.A.P, de 49. Na abordagem policial, ele teria admitido abusos e “carícias” na enteada. A estudante sustenta que o assédio teve início quando ela tinha 11 anos e justificou que não havia denunciado antes porque o homem a ameaçava de morte.

Valquiria Lopes

Acesse no site de origem: [Mulheres de 0 a 18 anos aparecem como principais alvos de estupros em Minas \(EM, 01/06/2016\)](#)

6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do

estupro

(Revista Galileu, 01/06/2016) Estudos, dados e especialistas mostram que o fenômeno é enraizado na nossa sociedade

Ao longo da última semana, o estupro coletivo de uma adolescente de 16 anos no Rio de Janeiro foi o principal assunto de várias manchetes brasileiras. Não só o corpo da vítima foi violado por 33 homens como imagens do ato foram registradas e divulgadas nas redes sociais pelos próprios criminosos.

Em entrevista ao Fantástico, a jovem conta que após todas as agressões sofreu ainda uma série de humilhações: ela foi culpabilizada por muitos — inclusive o delegado designado para cuidar de seu caso — pelo que lhe aconteceu, além de ter recebido milhares de críticas e ameaças de morte vindas de pessoas do país inteiro.

É por conta desse tipo de reação que grande parte das vítimas não denuncia os estupros e outros tipos de violência que sofre. E não são poucas: a cada uma hora e meia, uma mulher morre no Brasil por causas relacionadas à violência, em sua maioria, cometidas por homens, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Mas por que quando um estupro acontece, a primeira coisa que se passa pela cabeça das pessoas é se questionar se a vítima está falando mesmo a verdade? Certamente não é o que ocorre com outros crimes, a não ser que você duvide toda vez que alguém afirma ter sido vítima de um assalto ou roubo. A resposta é simples: por conta da cultura do estupro, que é muito enraizada na nossa sociedade.

Uma série de mitos sobre o estupro e a cultura que o perpetua são disseminados diariamente. Você provavelmente já contribuiu para isso ocorrer, mesmo sem querer. Por isso GALILEU consultou pesquisas, relatos e conversou com especialistas para explicar o que é esse infeliz fenômeno, como eles afeta a sociedade e, o mais importante, como podemos melhorar. Confira abaixo:

1 - O que é a cultura do estupro?

O termo foi cunhado na década de 70 por feministas americanas e, de acordo com o Centro das Mulheres da Universidade Marshall, nos Estados Unidos, é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura popular.

Ao disseminar termos que denigrem as mulheres, permitir a objetificação do corpos delas e glamurizar a violência sexual, a cultura do estupro passa adiante a mensagem de que a mulher não é um ser humano, e sim uma coisa. “Vivemos em uma sociedade patriarcal que considera que nós mulheres somos ou sujeitos de segunda categoria, ou em alguns casos, que não somos sujeitos e podemos ser utilizadas ou destruídas”, explica Izabel Solyszko, que é professora, assistente social e doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2 - A cultura do estupro começa no nascimento

Quando uma família dá boas-vindas a um bebê, o recém-nascido vem com várias expectativas: se for menino, espera-se que ele seja agressivo; se for menina, espera-se que seja delicada. São scripts pré-determinados para cada gênero. “O conceito de gênero surge para questionar a ideia de uma essência ou natureza que explique os comportamentos”, diz a pesquisadora Jane Felipe de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “É essa necessidade de se pautar em aspectos biológicos para justificar diferenças, as colocando como desigualdade, inferioridade, que o conceito de gênero procura combater.”

Como aponta Arielle Sagrillo, doutoranda em psicologia forense na Universidade de Kent, na Inglaterra, a sociedade cria expectativas muito grandes para ambos os gêneros. “Não permitimos que as crianças e adultos transitem entre esses espaços. Desde cedo dizemos a esses sujeitos o que eles devem ser, antes mesmo que possam descobrir o que querem, o que lhes afeta e como lidam com suas próprias emoções”, afirma.

Dentro das expectativas, observa a advogada americana Reshma Saujani, os

meninos são criados para serem corajosos e se arriscarem, enquanto as meninas são criadas para buscarem a delicadeza e a perfeição. Da mesma forma, espera-se que eles sejam mais agressivos (“Homem de verdade não chora”, não é mesmo?) e que elas se sintam responsáveis — pela casa, pelos filhos, pelo companheiro e até mesmo pelas violências que sofrem.

“Os homens são ensinados a usarem a agressividade de maneira violenta, desde a infância são estimuladas a vivenciarem sua sexualidade até um ponto de serem reconhecidos como pessoas que ‘precisam de sexo’, ‘que perdem a cabeça por sexo’, que se tornam praticamente ‘irracionais’ quando o assunto é sexo”, explica Solyszko. “Isso faz com que as pessoas pensem que o estupro é uma questão de sexo e sexualidade quando o estupro é uma questão de violência porque se trata de uma agressão bárbara e brutal que invade o corpo de outra pessoa.”

3 - Existem vários mecanismos que propagam a cultura do estupro

Pense nos comerciais aos quais você assistiu recentemente. Agora se concentre naqueles que possuem presença feminina. Reflita ainda mais: em quantos deles as mulheres aparecem como um simples corpo para agradar os homens? Quantos deles contam com piadas relacionadas às aparências delas?

Tal representação é chamada de objetificação. Um estudo realizado pela Associação Americana de Psicologia explica que “muitas mulheres são objetificadas sexualmente e tratadas como objetos para serem valorizadas por seu uso”, o que só reforça a ideia de que a mulher é uma coisa, e não um ser humano. Segundo Solyszko, além de ser patriarcal, a sociedade em que vivemos é racista e capitalista. “Essas três dimensões de dominação e de opressão vão permitir que as vidas e os corpos das mulheres sejam explorados, mercantilizados, coisificados e, inclusive, agredidos, mutilados, estuprados e assassinados.”

4 - Você também contribui com a cultura do estupro

E não precisa ser um estuprador para que isso aconteça. Ao consumir músicas que denigrem a mulher e disseminar vídeos, imagens, comentários e

piadas sexistas, por exemplo, você contribui para que a objetificação da mulher seja reforçada. “Nessa cultura machista que só pode se sustentar pela existência de uma sociedade patriarcal, são diversos os mecanismos que vão das piadas que nos desqualificam para dirigir, para ser engenheiras, para ser presidente do país até a violência sexual no transporte público e nas ruas”, pondera Izabel Solyszko.

Vale ressaltar que a violência contra a mulher não se restringe ao estupro. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular, podem ser consideradas formas de assédio cantadas ofensivas ou com apelo sexual indesejado; coerção; a violência física; a desqualificação intelectual e a violência sexual, que vai desde o toque sem consentimento até o estupro. Dados do Think Olga mostram que 48% dos assédios são verbais e 68% deles ocorrem durante o dia.

5 - O estuprador pode ser um cara normal

Existem alguns mitos em torno dos estupradores, sendo os principais deles o de que o agressor é uma pessoa estranha e o segundo de que é um ser cheio de problemas psicológicos. Nenhuma dessas afirmações são verdadeiras.

Um levantamento realizado pelo IPEA em 2014 aponta que 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Isso sem contar casos de violência contra a mulher dentro de relacionamentos como namoros e casamentos, onde as linhas entre o consensual e a violência são mais nebulosas.

Além disso, de acordo com Arielle Sagrillo, os estudos que foram feitos sobre estupradores até o momento não identificaram nenhum tipo de patologia. “O que leva um sujeito a cometer um estupro pode ser uma série de coisas. Entre elas, um não entendimento de que o que está fazendo é violência, não ver seu ato como violência sexual, e isso tem relação com a educação. É uma questão cultural”, afirma Sagrillo.

Ela explica ainda que existem várias “crenças disfuncionais” em relação às mulheres que colabora para que os agressores cometam a violência. “Só é estupro se for em um beco escuro”, “uma mulher se comportando ou vestindo

uma roupa está pedindo para ser estuprada”, “mulheres secretamente desejam que o estupro aconteça” e “o não quer dizer sim, ela deve estar fazendo charme”, são alguns deles.

6 - A vítima nunca é a culpada

Como reforça Izabel Solyszko, “independentemente do nosso comportamento e da nossa aparência, nada, absolutamente nada (nem que eu seja garota de programa, nem que eu seja promíscua, nem que eu esteja bêbada, nem que eu esteja sozinha com vários homens em um quarto), realmente nada vai justificar uma violência contra mim”.

No livro *Missoula*, de Jon Krakauer, a promotora Suzy Boylan pondera que o estupro é o único crime em que presume que a vítima esteja mentindo. “Se uma pessoa é assaltada num beco, ficaríamos céticos com o depoimento da vítima só porque não havia testemunha ocular? Nós iríamos duvidar da vítima de um roubo porque ela deixou a porta de casa destrancada?”, questiona.

O silenciamento e a culpabilização das vítimas são alguns dos principais artifícios da cultura do estupro. “Se o sigilo falha, o agressor ataca a credibilidade de sua vítima. Se não consegue silenciá-la totalmente, ele tenta se certificar de que ninguém lhe dê ouvidos. Para tanto, convoca um impressionante esquadrão de argumentos, da negação mais descarada à racionalização mais sofisticada e elegante”, explica Judith Lewis Herman em “*Trauma and Recovery*”. “Depois de cada atrocidade, podem-se esperar ouvir as mesmas desculpas previsíveis: jamais aconteceu; a vítima mente; a vítima exagera; a vítima que provocou isso; e em todos os casos é o momento de esquecer o passado e seguir em frente.”

O problema é que a cultura do estupro está tão enraizada na sociedade em que vivemos que não é só o agressor que apresenta tal comportamento: profissionais da saúde e da lei também o reproduzem. No relato que deu ao *Fantástico*, a vítima do estupro coletivo no Rio de Janeiro contou que foi interrogada por vários homens que expuseram imagens do crime para ela, além de realizarem questionamentos absurdos como se já tinha feito sexo grupal. “É fácil esquecer que o dano causado a uma vítima de estupro que é desacreditada pode ser no mínimo tão devastador quanto o dano causado a

um homem inocente que é injustamente acusado de estupro”, aponta Jon Krakauer em Missoula. “E, sem dúvida, o segundo caso acontece com muito mais frequência.”

Isabela Moreira

Acesse no site de origem: [6 coisas que você precisa entender sobre a cultura do estupro \(Revista Galileu, 01/06/2016\)](#)

Até quando julgaremos as vítimas de estupro?, por Claudia Collucci

(Folha de S. Paulo, 31/05/2016) “Abuso sem agressão física é história mal contada; se fosse estuprada, estaria toda machucada, arranhada e debilitada; deve estar pensando em indenização do Estado; estranho que uma jovem de 16 anos, estuprada por horas, por mais de 30 homens, não apresente nenhum sinal de violência; mulher tem que se dar o respeito, as atitudes e formas de se vestir muitas vezes contribuem para alguns desfechos desagradáveis; essa história está muito mal contada pela mocinha, o histórico dela não é nada favorável; quem ficou com dó dela que a leve para casa, quem sabe ela não faz uma orgia com o marido, namorado ou até mesmo com o pai de vocês; ela nem estaria viva se fosse estupro, historinha pra boi dormir isso sim; me espanta um estupro coletivo com 30 homens e a menina andando normalmente, é evidente que a criatura já está habituada com essas festinhas.”

*

Se você ainda tem estômago para seguir na leitura, vamos lá. Esses foram alguns dos comentários na internet sobre o caso do estupro coletivo no Rio

em reportagens publicadas em três jornais de circulação nacional (Folha, O Globo e o Estado de S.Paulo).

O teor revela o que alguns estudos já concluíram: a vida pregressa da vítima continua sendo a peça fundamental na constituição de sua inocência ou não no estupro. Pelo menos aos olhos da sociedade.

Em artigo intitulado “Crime de estupro: até quando julgaremos as vítimas”, publicado no portal “Observatório do Governo Eletrônico”, da Universidade Federal de Santa Catarina, os autores Eduardo Cabette e Verônica de Paula analisam dois casos de estupros coletivos ocorridos em 2012, que, a exemplo do caso no Rio, tiveram grande repercussão.

O primeiro foi o caso da universitária indiana de 23 anos violentada, espancada e morta por seis homens (um deles menor de idade), dentro de um ônibus, em Nova Deli, quando voltava da universidade.

No outro caso, duas garotas brasileiras de 16 anos foram até o ônibus da banda baiana New Hit para pegar autógrafos e foram estupradas pelos seis integrantes. Além do relato das vítimas, o crime foi comprovado por exame feito nas roupas íntimas das meninas onde foram achados vestígios de sêmen de vários homens.

São dois casos que guardam muitas semelhanças entre si e que despertam sentimentos de indignação. Mas não aos olhos da sociedade. Pelo menos da sociedade que posta comentários na internet.

Em relação ao caso na Índia, os comentários expressam um profundo sentimento de empatia com a vítima. A jovem estava voltando da universidade, estava coberta, então, ela é “mulher honesta”. Os agressores são “monstros”, “que Deus ajude a família da jovem”, são alguns dos comentários.

O oposto acontece com as garotas brasileiras. Para os leitores, elas não tinham que estar num show onde as letras são repletas de duplo sentido e a coreografia da banda é explicitamente sexual. “O que elas foram fazer dentro de um ônibus cheio de homens?” “Elas estavam querendo!”. Também culpam os pais das meninas por terem permitido a ida ao show.

Na Índia, os estupradores quase foram linchados pela população e houve dezenas de manifestações internacionais, pedindo leis mais rígidas e maior segurança para as mulheres. No Brasil, o cenário foi completamente diferente: as duas jovens é que foram ameaçadas de morte, tendo até mesmo que entrar para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM).

Quando os integrantes da banda New Hit foram presos, uma multidão se formou em frente à delegacia pedindo para que os homens fossem libertados. Eles tiveram a prisão preventiva decretada e foram transferidos para o presídio de Feira de Santana. Após 38 dias presos, conseguiram habeas corpus aceito pelo Tribunal de Justiça da Bahia. Ao saírem da prisão, foram recepcionados por várias pessoas, entre elas mulheres, comemorando a liberdade.

Como veem, só mudam os atores e os cenários. A impiedosa e moralista plateia permanece a mesma, sempre desmerecendo, julgando e condenando as vítimas de estupro que não se enquadram no padrão “bela, recatada e do lar”.

Acesse o PDF: [Até quando julgaremos as vítimas de estupro?, por Claudia Collucci \(Folha de S. Paulo, 31/05/2016\)](#)

Estupro coletivo: socióloga aponta contradições da sociedade brasileira

(Sputnik News, 31/05/2016) O estupro da adolescente de 16 anos por mais de 30 homens, na Zona Oeste do Rio, continua mobilizando todos os setores da sociedade brasileira. Nesta terça-feira, 31, o governo federal anunciou a criação de um Núcleo de Proteção à Mulher no Ministério da Justiça e um

departamento especial na Polícia Federal para acompanhar esses casos no país.

Também nesta terça, Lucas Perdomo Santos, de 20 anos, e Raí de Souza, de 22, prestaram depoimento no Delegacia da Criança e Adolescente Víctima, que passou a cuidar do caso. Especialistas em direitos de proteção à mulher garantem, no entanto, que medidas como as anunciadas nesta terça terão pouco efeito se não houver mudança de valores na sociedade.

Jacqueline Pitanguy, socióloga da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), um dos nomes mais respeitados no meio, diz que o estupro coletivo da jovem expõe as contradições da sociedade. Ela afirma que é preciso distinguir os setores que acolheram a adolescente, como os serviços de saúde, onde ela recebeu a profilaxia para doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e hepatite B, tendo garantido, no caso de o estupro resultar em gravidez, o amparo legal para interromper a gestação.

“Há uma luta histórica dos movimentos de mulheres que instituiu serviços especializados em atender a mulheres vítimas de violência. Há também o problema da polícia e da forma com que ela foi inicialmente atendida, de uma forma que procurou culpabilizá-la. Além de ter sido estuprada no chamado estupro coletivo, que é a forma mais brutal do estupro, além de ter sido estuprada nos meios digitais, na medida em que foi divulgada a sua imagem, a vítima ainda tem que provar que não é culpada ou que ela não ‘merecia’ e por que?”

A socióloga da Cepia diz que há uma moral que culpabiliza a sexualidade da mulher pelo fato dela ter namorado, gostar de sexo, como se ela, de fato, merecesse esse tipo de castigo.

“Lamentavelmente é uma cultura expandida na sociedade de culpar a mulher, ou porque ela gostava de namorar, ou porque estava com vestido curto ou um decote muito grande, como se essas características pudessem de alguma forma reverter os papéis de vítima e de réu. Parece que isso aconteceu quando ela foi inicialmente interrogada. Pelo que acompanho, isso está sendo modificado. Ela tem agora uma delegada que já constatou que ela, efetivamente, foi vítima de um estupro brutal que comoveu todo o país e que

merece todo o nosso repúdio.”

Jacqueline observa que todas as sociedades são contraditórias, pois o ser humano é contraditório.

“O que não podemos é aceitar essa forma de contradição. Sempre numa sociedade você vai conviver com pessoas que são machistas, patriarcais, que sempre tendem a culpar a mulher em todas as instâncias, mas também vai conviver com grupos, pessoas, movimentos que buscam justamente o contrário, que buscam o avanço, o progresso, o reconhecimento dos direitos humanos. A sociedade não é uniforme, ela comporta grupos diferentes. O grande desafio é mudar a cultura, mudar os valores. Não podemos, entretanto, jogar fora o bebê junto com a água. Temos que reconhecer que ocorreram avanços no país e que eles precisam ser defendidos porque sofrem ameaça. O próprio deputado Eduardo Cunha tem uma proposta de lei que vai dificultar o atendimento às mulheres vítimas de violência sexual.”

Acesse no site de origem: [Estupro coletivo: socióloga aponta contradições da sociedade brasileira \(Sputnik News, 31/05/2016\)](#)

Imprensa alemã destaca protestos de mulheres e fala em barbárie

(Terra, 29/05/2016) Manifestações contra a violência e a favor dos direitos das mulheres em várias cidades brasileiras são destaque na imprensa alemã. “Um caso de violência sexual abala o Brasil”, afirma jornal “Süddeutsche Zeitung”.

Os protestos contra o machismo e a misoginia na sociedade brasileira, motivados pelo caso de estupro de uma menor de idade numa favela do Rio

de Janeiro, foram destacados pela imprensa alemã neste sábado (28/05), com imagens dos protestos na capital fluminense.

Leia mais:

[Mulheres marcham contra cultura do estupro em Campina \(Paraíba Online, 30/05/2016\)](#)

[Viva Maria: Movimentos feministas protestam no DF contra violência sexual \(Radioagência Nacional, 30/05/2016\)](#)

[Centenas protestam no Paraná contra a cultura do estupro \(Bem Paraná, 29/05/2016\)](#)

[Milhares de mulheres marcham em Brasília contra a cultura do estupro \(Agência Brasil, 29/05/2016\)](#)

[Após estupro coletivo no RJ, moradores protestam pelo fim da violência contra mulher em Foz do Iguaçu \(Massa News, 29/05/2016\)](#)

[Ato contra violência sexual estende varal com roupas sujas de sangue no Rio \(EM, 29/05/2016\)](#)

“Um caso de violência sexual abala o Brasil”, afirma o jornal Süddeutsche Zeitung. “Lideranças políticas e várias organizações de defesa dos direitos das mulheres classificaram o caso de ‘bárbarie’, e em muitas cidades houve protestos”, escreve o diário de Munique.

O jornal destaca ainda que a presidente afastada Dilma Rousseff chamou o caso de “barbárie” e que o presidente interino Michel Temer declarou ser “um absurdo que um crime bárbaro como esse aconteça em pleno século 21”. O Süddeutsche informa que Temer vai criar um departamento para o combate a crimes contra a mulher na Polícia Federal.

Já o site Spiegel Online afirma que “centenas de milhares protestam contra o machismo e a violência”. A reportagem intitulada “Suposto estupro coletivo no Brasil: ‘um crime bárbaro’” começa descrevendo o vídeo de 40 minutos que mostra a vítima e circulou pelas redes sociais.

Leia mais:

[Mulheres fazem manifestação pelo fim da cultura do estupro, em Goiânia \(G1, 29/05/2016\)](#)

[Ato condena a cultura do estupro e o machismo em Porto Alegre \(Diário](#)

[Catarinense, 29/05/2016\)](#)

[Mulheres fazem ato contra estupros na calçada de shopping em Salvador \(Correio 24 Horas, 28/05/2016\)](#)

[‘Apitaco’ em frente à Delegacia da Mulher, em Manaus, faz alerta contra o estupro \(D24am, 28/05/2016\)](#)

[Ato no vão-livre do Masp lança reflexão sobre casos de estupro no país \(Agência Brasil, 27/05/2016\)](#)

O site destaca que mulheres convocaram protestos em redes sociais, como Facebook e Twitter e mais de 750 mil usuários do Facebook mudaram sua foto de perfil e adotaram a mensagem “pelo fim da cultura do estupro”. No Twitter, a hashtag #UmDiaSemEstupro entrou nos trending topics, e uma imagem do artista Matheus Ribs, que mostra uma mulher crucificada e sangrando, viralizou.

“O desprezo às mulheres se mostra em muitos locais [do Brasil]: casos de violência e ataques sexuais são frequentemente minimizados, mulheres são sexualizadas em programas de televisão e telenovelas. Também na política domina a antiga divisão de papéis. O Brasil acabou de suspender sua primeira presidente: Rousseff não se encaixa direito na imagem brasileira de mulher, é vista como fria e fechada e foi frequentemente alvo de declarações sexistas de seus adversários”, afirma o Spiegel Online.

A reportagem lembra que o gabinete de Temer é composto exclusivamente de homens brancos, e que o Congresso discute uma lei de aborto conservadora. “Valores morais conservadores fazem com que, frequentemente, a vítima é criminalizada, e não os criminosos.”

O site da emissora Deutschlandfunk também noticia os protestos contra a violência. “‘Um atentado a todas as mulheres’” é o título da matéria. “O Brasil está chocado: dezenas de homens teriam estuprado uma menina de 16 anos no Rio. Fotos e vídeos de celular foram colocados na internet”, relata a emissora.

“Centenas de mulheres protestaram no Rio de Janeiro contra a violência sexual. Muitas pintaram o símbolo da feminilidade [símbolo de Vênus] no rosto. Milhares de usuários da internet expressaram sua indignação com o

slogan eu luto pelo fim da cultura do estupro e a hashtag #EstuproNuncaMais”, afirma a emissora, uma das mais influentes e respeitadas da Alemanha.

Acesse no site de origem: [Imprensa alemã destaca protestos de mulheres e fala em barbárie \(Terra, 29/05/2016\)](#)